



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS POSSE

**A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DE PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS**

MARIA CAROLINE SOUZA FERNANDES MOURA

POSSE - GO

2025

MARIA CAROLINE SOUZA FERNANDES MOURA

**A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DE PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Bacharelado em Administração,
Instituto Federal Goiano Campus Posse, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Msc. Daniel Neto Francisco.

POSSE - GO

2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Documentos 1/2026 - CCBADM-POS/CE-POS/GE-POS/CMPPPOS/IFGOIANO

Repositório Institucional do IF Goiano - RIIF Goiano

Sistema Integrado de Bibliotecas

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO- CIENTÍFICAS NO
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do(a) aluno(a): **Maria Caroline Souza Fernandes Moura**

Matrícula: **2022107202930022**

Título do Trabalho: **"A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS".**

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: ☒ Não ☐ Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 14 / 01 / 26 .

O documento está sujeito a registro de patente? ☐ Sim ☒ Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? ☒ Sim ☐ Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

1. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
2. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
3. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Posse, 14 de janeiro de 2026.

Maria Caroline Souza Fernandes Moura

Assinatura da Autora

(assinado eletronicamente)

Ciente e de acordo:

Daniel Neto Francisco

Orientador

(assinado eletronicamente)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Daniel Neto Francisco, COORDENADOR(A) DE CURSO - FUC0001 - CCBADM-POS**, em 14/01/2026 13:18:02.
- **Maria Caroline Souza Fernandes Moura, 2022107202930022 - Discente**, em 14/01/2026 13:19:32.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 14/01/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 779804

Código de Autenticação: 65c7e4997f



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Posse

Rodovia GO - 453 km 2,5, Fazenda Vereda do Canto, SN, Distrito Agroindustrial, POSSE / GO, CEP 73900-000

(62) 9390-5391, (62) 3605-3698



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 32/2025 - CCBADM-POS/CE-POS/GE-POS/CMPPOS/IFGOIANO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO - BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO, CAMPUS
POSSE

No dia 10 de dezembro de 2025, às 20 horas e, foi realizada a banca de defesa do Trabalho de Curso (TC) da discente: **Maria Caroline Souza Fernandes Moura** (matriula nº 2022107202930022); com trabalho intitulado: "**A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS** " como requisito indispensável à integralização do curso de Bacharelado em Administração oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Posse (GO).

A Banca Examinadora, composta por:

Msc. Daniel Neto Francisco (Orientadora como presidente),

Msc. Andreia Maria de Miranda (1º membro),

Esp. Daniel Carneiro de Sousa (2º membro),

deliberou e decidiu, pela:

☒ Aprovação;

☐ Aprovação condicionada aos seguintes reparos, sob fiscalização do Prof. Orientador;

☐ Reprovação

do trabalho com nota final: oito vírgula nove (8,9).

Eu, presidente da banca, lavrei a presente ata que segue assinada por mim, e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Daniel Neto Francisco
(Assinado eletronicamente)

Andréia Maria de Miranda
(Assinado eletronicamente)

Daniel Carneiro Sousa
(Assinado eletronicamente)

Maria Caroline Souza Fernandes Moura
(Assinado eletronicamente)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Daniel Neto Francisco**, COORDENADOR(A) DE CURSO - FUC0001 - CCBADM-POS, em 10/12/2025 21:31:20.
- **Maria Caroline Souza Fernandes Moura**, 2022107202930022 - Discente, em 11/12/2025 09:51:48.
- **Andreia Maria de Miranda**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 11/12/2025 18:35:35.
- **Liedson Marques de Souza**, 2025202334840008 - Discente, em 11/12/2025 19:52:16.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 10/12/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 773378

Código de Autenticação: 601799859a



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Posse

Rodovia GO - 453 km 2,5, Fazenda Vereda do Canto, SN, Distrito Agroindustrial, POSSE / GO, CEP 73900-000

(62) 9390-5391, (62) 3605-3698

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e à Nossa Senhora, fontes inesgotáveis de luz, proteção e sabedoria. Foi nele que encontrei abrigo nos momentos de incerteza, e nela o colo que me sustentou nos dias em que o cansaço parecia maior do que a vontade. Sou grata pela fé que me guiou, pela serenidade que me acalmou e por todas as portas que se abriram ao longo desta caminhada.

Meu agradecimento mais especial e eterno vai para a minha estrelinha no céu, minha filha Maria Sofia. Embora hoje brilhe em outro plano, é a força que impulsiona cada passo que dou e a razão maior pela qual permaneço firme. A saudade que mora em mim se transforma, todos os dias, em motivação para ser melhor. É por ela que estou aqui, e é por ela que continuo. Sua presença invisível, mas tão profunda, iluminou todas as páginas deste trabalho.

Aos meus pais, agradeço pelo amor que acolhe, pela disciplina que ensina e pela coragem que inspira. Por serem meu alicerce e minha segurança, por cada palavra de incentivo, por cada gesto de cuidado e por nunca deixarem de acreditar que eu seria capaz. Ao meu esposo, agradeço pelo companheirismo, pela compreensão nos dias difíceis, pelo apoio silencioso que tantas vezes me fortaleceu e por caminhar ao meu lado com respeito e carinho. E a minha irmã, por nunca soltar a minha mão.

Ao professor Daniel Neto, minha gratidão se estende para além do espaço acadêmico. Obrigada por ser mais que um orientador: por ser um amigo, um apoio e uma inspiração constante. Por acreditar em nós quando muitas vezes não acreditávamos, por nos provocar a ir além e por revelar, com sabedoria e paciência, potenciais que nem sempre conseguíamos enxergar. Sua orientação foi essencial para que este trabalho tomasse forma.

Ao Campus Posse, minha gratidão pelo acolhimento, pela estrutura oferecida e por possibilitar um ambiente de crescimento, aprendizado e transformação. Cada experiência vivida aqui contribuiu para que este ciclo fosse concluído com maturidade e esperança.

A cada pessoa que, de alguma maneira, cruzou meu caminho durante esta jornada, com um gesto, uma palavra ou um simples sorriso, deixo também meu muito obrigada. Nada disso teria sido possível sem essa rede silenciosa e poderosa de apoio.

A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

Maria Caroline S. Fernandes Moura
Graduanda em Administração
- IF Goiano, câmpus Posse
mariacaroline179@gmail.com

Daniel Neto Francisco
Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, UFRRJ
Professor IF Goiano, câmpus Posse
danielneto@ifgoiano.edu.br

Resumo: O presente trabalho investiga o papel do crédito rural como instrumento de incentivo ao desenvolvimento sustentável nas pequenas propriedades agrícolas brasileiras. A sustentabilidade, abordada em suas dimensões econômica, social e ambiental, é um desafio complexo que exige a organização eficiente das unidades produtivas e a adaptação a fatores externos, como mudanças climáticas e volatilidade de mercado. O crédito rural emerge como uma ferramenta estratégica para a modernização e o fortalecimento da agricultura familiar, viabilizando investimentos em tecnologias sustentáveis, manejo conservacionista e infraestrutura. Ao incorporar critérios ambientais e sociais, o crédito atua como um vetor de transformação, promovendo a resiliência produtiva e o cumprimento da legislação ambiental, além de fortalecer a coesão social e a estabilidade financeira das famílias. Contudo, a eficácia do crédito é limitada por desafios estruturais, como a burocratização, a falta de assistência técnica, o baixo nível de escolaridade dos agricultores e a desigualdade no acesso, que frequentemente exclui os pequenos produtores. A pesquisa propõe, portanto, analisar de forma crítica, em que medida o crédito, quando acessível e bem orientado, pode aumentar a produtividade, melhorar a renda e incentivar práticas de manejo sustentável. Com base nos resultados da pesquisa, constatou-se que o crédito rural desempenha papel essencial ao ampliar o acesso das pequenas propriedades agrícolas a tecnologias e práticas sustentáveis, promovendo maior produtividade, incremento de renda e desenvolvimento sem comprometer o equilíbrio ambiental.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Assistência Técnica; Manejo Sustentável.

Abstract: This study investigates the role of rural credit as an instrument to encourage sustainable development in small Brazilian agricultural properties. Sustainability, addressed in its economic, social, and environmental dimensions, is a complex challenge that demands the efficient organization of production units and adaptation to external factors, such as climate change and market volatility. Rural credit emerges as a strategic tool for the modernization and strengthening of family farming, enabling investments in sustainable technologies, conservation management, and infrastructure. By incorporating environmental and social criteria, credit acts as a vector of transformation, promoting productive resilience and compliance with environmental legislation, as well as strengthening social cohesion and the financial stability of families. However, the effectiveness of credit is limited by structural challenges, such as bureaucratization, lack of technical assistance, the low level of education of farmers, and inequality in access, which frequently excludes small producers. Therefore, this research proposes to critically analyze to what extent credit, when accessible and well-guided, can increase productivity, improve income, and encourage sustainable management practices. Based on the research results, it was found that rural credit plays an essential role in expanding access for small agricultural properties to sustainable technologies and practices, promoting greater productivity, increased income, and development without compromising environmental balance.

Keywords: Family farming; Technical assistance; Sustainable management.

INTRODUÇÃO

O crédito rural constitui um dos principais instrumentos de apoio estatal ao fortalecimento da agricultura brasileira, desempenhando papel central na dinamização da produção e na redução das desigualdades no meio rural (BRASIL, 2014; Neves et al., 2018). Sua importância é especialmente evidente nas pequenas propriedades agrícolas, que representam parcela significativa da oferta de alimentos e exercem função socioeconômica fundamental na manutenção das comunidades rurais. Entretanto, esses produtores frequentemente enfrentam limitações relacionadas à falta de capital, dificuldades de acesso a tecnologias e fragilidades estruturais, fatores que comprometem a eficiência produtiva e a competitividade (Tapella; Frigerio, 2011).

Nesse contexto, o crédito rural emerge como ferramenta estratégica para promover avanços tanto econômicos quanto sociais. O acesso a recursos financeiros adequados possibilita investimentos em insumos, maquinários, infraestrutura e capacitação técnica, permitindo a modernização das unidades produtivas (Büttenbender et al., 2020). Além disso, o crédito favorece o planejamento das safras, reduz a vulnerabilidade às oscilações climáticas e de mercado oferecendo condições para maior estabilidade financeira das famílias agricultoras, e ao mesmo tempo reforçando o papel da agricultura familiar na segurança alimentar e no desenvolvimento local (Navarro; Pedroso, 2014).

O crédito rural também assume relevância crescente no que diz respeito à promoção da sustentabilidade ambiental. Diversas linhas de financiamento incorporam critérios e incentivos voltados à adoção de práticas agrícolas conservacionistas, ao uso racional dos recursos naturais, à recuperação de áreas degradadas e ao cumprimento da legislação ambiental (Bento; Vieira Filho, 2021). Dessa forma, o crédito não se limita a financiar a produção, mas também atua como mecanismo de indução de comportamentos ambientalmente responsáveis, alinhando-se às metas contemporâneas de sustentabilidade (Assunção; Souza, 2020).

Apesar dos benefícios potenciais, muitos pequenos produtores ainda encontram dificuldades para acessar e utilizar o crédito rural de maneira plena e eficaz. Barreiras burocráticas, falta de assistência técnica, escassez de informação e baixos níveis de organização limitam o uso adequado dos recursos financeiros (CNA, 2021; REASE, 2024). Além disso, o desconhecimento sobre programas e exigências ambientais pode comprometer a capacidade dos agricultores de atender aos requisitos necessários para a aprovação do financiamento. Esses desafios evidenciam desigualdades estruturais no campo e ampliam a necessidade de políticas públicas

mais acessíveis e inclusivas (CNA, 2021; Tapella; Frigerio, 2011).

Diante desse cenário, surge a necessidade de analisar em que medida o crédito rural tem contribuído para o desenvolvimento sustentável das pequenas propriedades agrícolas no contexto brasileiro, considerando simultaneamente suas dimensões econômicas, sociais e ambientais. Para isto, parte-se da hipótese de que o crédito, quando acessível e bem orientado, é capaz de aumentar a produtividade, melhorar a renda familiar, incentivar práticas de manejo sustentável e fortalecer a permanência das famílias no campo. Contudo, também se reconhece que obstáculos operacionais e institucionais podem limitar tais benefícios (Veras; Souza, 2016).

Assim, este estudo estabelece como objetivo central: promover uma investigação de caráter bibliográfico sobre o papel do crédito rural no desenvolvimento sustentável das pequenas propriedades agrícolas brasileiras. Desta forma, são definidos como objetivos específicos: 1) Busca-se compreender não apenas os impactos positivos associados ao financiamento, mas também as limitações enfrentadas pelos produtores e as condições necessárias para aprimorar a efetividade das políticas de crédito. Dessa forma, espera-se contribuir para o debate sobre estratégias de fortalecimento da agricultura familiar, promovendo uma visão integrada entre produção, inclusão social e conservação ambiental.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A Sustentabilidade Organizacional

A sustentabilidade organizacional nas pequenas propriedades rurais apresenta-se como um tema complexo e multifacetado, que demanda a conjugação de aspectos econômicos, sociais e ambientais para garantir a continuidade e a viabilidade dessas unidades produtivas ao longo do tempo. As características desse tipo de sustentabilidade envolvem não apenas a capacidade de adaptação às condições externas, como as mudanças climáticas, variações de mercado e políticas públicas, mas também o fortalecimento interno por meio da gestão eficiente dos recursos disponíveis.

Nesse sentido, a organização das pequenas propriedades precisa ser entendida não apenas como uma simples unidade produtiva, mas como um sistema integrado que deve equilibrar suas demandas econômicas com o respeito ao meio ambiente e às necessidades sociais da família envolvida. Tal equilíbrio é fundamental para que a propriedade rural não apenas sobreviva, mas se desenvolva de maneira consistente, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e contribuindo para a

sustentabilidade do meio rural em geral (Silva et al., 2021).

Entre as principais características que definem a sustentabilidade organizacional nas pequenas propriedades rurais está a forte dependência dos recursos naturais locais, o que impõe a necessidade de práticas de manejo sustentável e o uso consciente dos insumos. Essa relação direta com o ambiente reforça a importância de estratégias que garantam a conservação dos recursos hídricos, do solo e da biodiversidade, evitando processos degradativos que possam comprometer a produtividade futura. No entanto, esse manejo sustentável enfrenta limitações significativas, como a escassez de conhecimento técnico e a falta de acesso a tecnologias adequadas, o que dificulta a implementação de práticas eficazes e duradouras. Assim, a sustentabilidade organizacional exige que os agricultores, além de produtores, sejam gestores conscientes de seu território e que possam articular saberes tradicionais e científicos (Albani; Cousin; Dickmann, 2022).

Outro aspecto que caracteriza a sustentabilidade organizacional nas pequenas propriedades rurais refere-se à dimensão social, especialmente no que tange à coesão familiar e comunitária. A organização social dentro da propriedade, muitas vezes composta por núcleos familiares extensos, é determinante para a divisão de tarefas, a transmissão de conhecimentos e a manutenção das práticas produtivas. A sustentabilidade depende, portanto, do fortalecimento desses vínculos e da capacidade de cooperação e solidariedade entre os membros, garantindo a continuidade das atividades produtivas e a reprodução social do grupo. Contudo, essa dimensão social enfrenta desafios relacionados ao envelhecimento da população rural, à migração de jovens para áreas urbanas e às mudanças nas dinâmicas familiares, que podem fragilizar a organização e comprometer a sustentabilidade da propriedade (Aguirre; Pereira, 2023).

No âmbito econômico, a sustentabilidade organizacional nas pequenas propriedades rurais é marcada pela necessidade de diversificação das atividades e pela busca por fontes alternativas de renda que possam minimizar os riscos decorrentes da volatilidade dos mercados e das condições climáticas adversas. A gestão financeira eficiente torna-se essencial para garantir a solvência da propriedade, possibilitando investimentos em infraestrutura, insumos e capacitação técnica. Entretanto, a dificuldade de acesso a crédito e a mercados, aliada à baixa escala produtiva, limita a capacidade dessas unidades de se desenvolverem economicamente de forma sustentável. Essa condição impõe a necessidade de políticas públicas e estratégias de apoio que favoreçam a inclusão produtiva e financeira dos pequenos agricultores, fortalecendo a sustentabilidade econômica das propriedades (Aguirre; Pereira, 2023).

Quadro 01. Síntese da Sustentabilidade Organizacional:

Dimensão da Sustentabilidade	Características Chave na Propriedade Rural (Texto)	Desafios/Limitações Enfrentadas (Texto)	Referências
Econômica	Diversificação de atividades e busca por fontes alternativas de renda; gestão financeira eficiente.	Volatilidade de mercados, baixa escala produtiva, dificuldade de acesso a crédito e mercados.	Aguirre; Pereira (2023)
Social	Coesão familiar/comunitária, divisão de tarefas, transmissão de conhecimentos.	Envelhecimento da população rural, migração de jovens, fragilização das dinâmicas familiares.	Aguirre; Pereira (2023)
Ambiental	Manejo sustentável, uso consciente de insumos, conservação do solo e da biodiversidade.	Escassez de conhecimento técnico, falta de acesso a tecnologias adequadas.	Albani; Cousin; Dickmann (2022)
Geral	Visão sistêmica, resiliência, planejamento, gestão integrada.	Fragmentação das redes de apoio, vulnerabilidade às mudanças climáticas.	Silva et al. (2021); Borges et al. (2020)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Aguirre, Pereira (2023); Albani, Cousin, Dickmann (2022); Silva et al (2021); Borges et al. (2020).

Os processos de inovação e a incorporação de novas tecnologias apresentam-se como desafios e oportunidades para a sustentabilidade organizacional das pequenas propriedades rurais. A adoção de práticas agrícolas sustentáveis, técnicas de manejo conservacionistas e sistemas agroecológicos pode aumentar a eficiência produtiva e reduzir os impactos ambientais negativos. Contudo, a transferência tecnológica esbarra frequentemente na falta de infraestrutura, capacitação adequada e recursos financeiros para a implementação. Isso exige que a organização da propriedade rural incorpore mecanismos flexíveis para absorver essas inovações, respeitando as especificidades locais e os saberes tradicionais, ao mesmo tempo em que promove a atualização e o aprimoramento contínuo das práticas produtivas (Borges et al., 2020).

A sustentabilidade organizacional também implica uma dimensão institucional que envolve a capacidade dos pequenos produtores de acessar redes de apoio, assistência técnica e políticas públicas eficazes. A fragmentação dessas redes e a burocratização dos processos podem enfraquecer o papel das pequenas propriedades no contexto rural,

dificultando a sua inserção em cadeias produtivas mais amplas e em sistemas de comercialização mais vantajosos. Portanto, o fortalecimento institucional e a articulação entre diferentes atores sociais, governamentais e privados tornam-se essenciais para superar essas barreiras, ampliando as condições para que as pequenas propriedades se organizem de forma sustentável (Borges et al., 2020).

Outro desafio significativo está relacionado à capacitação e formação dos agricultores para a gestão sustentável de suas propriedades. Muitas vezes, a carência de conhecimento técnico e gerencial limita a adoção de práticas organizacionais eficientes e sustentáveis. A sustentabilidade organizacional depende, assim, do investimento em educação e extensão rural que contemplem não apenas os aspectos produtivos, mas também os socioambientais, promovendo a autonomia dos agricultores para a tomada de decisões conscientes e estratégicas. Essa formação deve ser contínua e adaptada às especificidades locais, considerando a diversidade cultural e as diferentes realidades das propriedades rurais (Silva et al., 2021).

A sustentabilidade organizacional nas pequenas propriedades rurais também é afetada pela vulnerabilidade às mudanças climáticas e aos eventos extremos, que impõem desafios adicionais à gestão dos recursos e à continuidade produtiva. A capacidade de adaptação e resiliência diante dessas condições adversas está diretamente ligada à organização interna da propriedade, à diversificação das atividades e à adoção de tecnologias e práticas sustentáveis. Entretanto, a limitada escala e os recursos restritos dificultam a implementação dessas estratégias, o que evidencia a necessidade de políticas públicas específicas e o apoio técnico direcionado para fortalecer a resiliência das pequenas propriedades (Silva et al., 2021).

2.2. Agricultura Familiar como Agente Promotor da Sustentabilidade

Além dos desafios já mencionados, a sustentabilidade organizacional exige o desenvolvimento de uma visão sistêmica que considere as inter-relações entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais, evitando abordagens isoladas que comprometam a viabilidade do sistema como um todo. A organização sustentável nas pequenas propriedades rurais precisa incorporar princípios de planejamento, gestão integrada e avaliação contínua dos resultados, buscando o equilíbrio entre produção, conservação ambiental e bem-estar social.

Essa complexidade demanda esforços coordenados e multidisciplinares que possibilitem a construção de modelos adaptáveis às diferentes realidades do meio rural (Silva et al., 2021). Cabe, ainda, apontar que:

A Agricultura Familiar precisa estabelecer parcerias com outros setores da sociedade que lutam pela transformação social. Pois, um dos grandes desafios dos Movimentos Sociais é pensar, a partir dos lugares e das suas relações, como proceder diante dos conflitos, considerando a sociedade em sua totalidade e buscando a superação dos mecanismos de controle e de dominação do sistema capitalista. Assim, a luta precisa ser pautada por um diálogo emancipador e autenticamente humano, substituindo a cultura do silêncio desumanizador, empoderando e potencializando os sujeitos a fazer enfrentamentos (Albani; Cousin; Dickmann, 2022. p. 24).

Logo, a sustentabilidade organizacional no contexto das pequenas propriedades rurais representa um desafio contínuo que envolve a articulação de múltiplos fatores internos e externos. A capacidade dessas unidades produtivas de se manterem viáveis e produtivas depende do fortalecimento das estruturas organizacionais, do acesso a recursos, da formação técnica e gerencial, e da integração a redes de suporte e mercado. Reconhecer esses desafios e trabalhar em soluções adequadas é fundamental para promover a sustentabilidade efetiva e duradoura dessas propriedades, que são determinantes na segurança alimentar, na conservação ambiental e na manutenção das comunidades rurais.

A agricultura familiar e as políticas de fomento as pequenas propriedades rurais tem um papel fundamental na promoção de um sistema produtivo rural mais adaptado à produção sustentável e resiliente. Isto se dá pela grande quantidade de propriedades classificadas como da agricultura familiar no Brasil (Silva, Nunes, 2022), como também, pela suas dimensão multifuncional (Cazella, Bonnal, Maluf, 2009). Mas, também, devido ao seu importante papel sócio-ambiental (Silva, et al., 2021).

2.3. O Crédito Rural como Financiador da Sustentabilidade na Agricultura Familiar

O crédito rural se mostra fundamental como instrumento de incentivo ao desenvolvimento sustentável no meio agrícola, pois possibilita o acesso a recursos financeiros que são essenciais para a implementação de práticas produtivas mais responsáveis e ambientalmente adequadas. Esse financiamento oferece aos agricultores, especialmente os de menor porte, a oportunidade de investir em tecnologias e processos que promovam a conservação dos recursos naturais, a melhoria da produção e ganhos econômicos, o que contribui para a sustentabilidade a longo prazo.

Dessa forma, o crédito rural deixa de ser apenas um mecanismo de suporte financeiro e assume a função estratégica de fomentar a transformação das práticas agrícolas em direção a modelos mais sustentáveis (Borges; Parré, 2021). A figura a seguir apresenta, de forma sintética, o fluxograma do crédito rural e sua forte conexão com a dimensão sustentável no que diz respeito a gestão e organização das propriedades da agricultura familiar no Brasil:

Figura 01. Fluxograma do crédito rural para a sustentabilidade:



Fonte: Elaborado pelos autores (2025) a partir Rocha; Ozaki (2020), Borges; Parré (2021) e Burigo et al. (2021).

No contexto do desenvolvimento sustentável, o crédito rural possibilita que agricultores adotem práticas que minimizam os impactos ambientais negativos, tais como o uso racional da água, a recuperação de áreas degradadas e a implementação de sistemas agroecológicos. Esses investimentos, que muitas vezes demandam recursos iniciais significativos, tornam-se viáveis com o acesso ao crédito, que atua como um facilitador da transição para modos de produção que respeitem os limites do ecossistema. O crédito rural não apenas promove a sustentabilidade ambiental, mas também potencializa a resiliência das propriedades frente às mudanças climáticas e às variações do mercado (Rocha; Ozaki, 2020).

O crédito rural contribui para o desenvolvimento econômico do meio agrícola ao permitir que produtores adquiram insumos, máquinas e equipamentos que elevem a eficiência produtiva e reduzam custos operacionais. Essa dinamização da produção é um aspecto relevante do desenvolvimento sustentável, na medida em que busca a viabilidade econômica sem comprometer os recursos para as gerações futuras. O acesso ao crédito, portanto, deve ser entendido como um elemento que equilibra a necessidade de crescimento econômico com a preservação ambiental, o que configura um desafio central na construção da sustentabilidade no setor agrícola (Burigo et al., 2021).

Outro ponto relevante é que o crédito rural pode estimular a adoção de práticas sociais responsáveis dentro do meio agrícola, ao incentivar investimentos em condições de trabalho mais dignas, na capacitação técnica dos agricultores e no fortalecimento das comunidades rurais. Dessa maneira, o crédito contribui para a sustentabilidade social, ampliando as oportunidades de desenvolvimento humano e promovendo a inclusão e a equidade. O acesso facilitado a recursos financeiros, quando aliado a políticas públicas adequadas, pode favorecer a permanência dos agricultores no campo, reduzir a pobreza

rural e fortalecer a coesão social (Borges; Parré, 2021).

No entanto, para que o crédito rural seja efetivamente um instrumento de incentivo ao desenvolvimento sustentável, é necessário que as políticas e os programas de financiamento incorporem critérios ambientais e sociais claros, orientando o uso dos recursos para práticas que promovam a sustentabilidade. A ausência desses critérios pode levar à utilização do crédito em atividades predatórias ou pouco sustentáveis, o que comprometeria o objetivo maior de promover um desenvolvimento equilibrado e duradouro. Assim, o desenho e a gestão do crédito rural devem contemplar mecanismos de acompanhamento, avaliação e orientação técnica que assegurem a aplicação adequada dos recursos (Borges; Parré, 2021).

Além dos aspectos regulatórios, a efetividade do crédito rural como instrumento de incentivo depende da capacitação dos produtores para o uso consciente e estratégico desses recursos. A falta de conhecimento sobre práticas sustentáveis e gestão financeira pode resultar em investimentos ineficazes ou insustentáveis, limitando os benefícios potenciais do crédito. Portanto, a oferta de crédito deve estar acompanhada de suporte técnico e educação voltada para o desenvolvimento sustentável, promovendo a autonomia e a qualificação dos agricultores para a tomada de decisões alinhadas aos princípios da sustentabilidade (Burigo et al., 2021).

Outro desafio importante está relacionado ao acesso desigual ao crédito rural, que frequentemente privilegia grandes propriedades em detrimento das pequenas, limitando o impacto do financiamento no desenvolvimento sustentável das unidades familiares e comunitárias. Essa desigualdade compromete a abrangência dos benefícios do crédito e pode ampliar as disparidades socioeconômicas no meio rural. O papel do crédito rural enquanto instrumento de sustentabilidade também passa pela promoção de políticas inclusivas que democratizem o acesso ao financiamento e considerem as especificidades das pequenas propriedades (Borges; Parré, 2021).

A integração do crédito rural a programas mais amplos de desenvolvimento rural sustentável é uma estratégia que potencializa os resultados positivos do financiamento. Quando articulado com iniciativas de assistência técnica, extensão rural, comercialização e conservação ambiental, o crédito se insere em um conjunto de ações que promovem mudanças estruturais no meio agrícola. Essa abordagem integrada favorece a construção de sistemas produtivos mais resilientes, diversificados e socialmente justos, reafirmando o papel central do crédito como um componente estratégico para a sustentabilidade (Borges; Parré, 2021).

É necessário reconhecer que o impacto do crédito rural no desenvolvimento sustentável também está condicionado ao contexto macroeconômico, político e ambiental em que está inserido. Flutuações econômicas, mudanças nas políticas agrícolas e pressões ambientais podem influenciar diretamente a disponibilidade e a

eficácia dos recursos financeiros destinados ao setor rural. Portanto, a sustentabilidade do crédito rural requer um ambiente institucional estável e favorável, que promova a continuidade dos programas e a adaptação às condições dinâmicas do meio agrícola (Borges; Parré, 2021).

Destarte, o crédito rural, quando concebido e gerido como um instrumento alinhado aos princípios do desenvolvimento sustentável, pode contribuir significativamente para a transformação do meio agrícola. Ele oferece aos produtores rurais os meios para implementar práticas produtivas que conciliem a eficiência econômica, a preservação ambiental e a justiça social, elementos essenciais para garantir a perenidade das atividades agrícolas e a qualidade de vida das comunidades rurais. O crédito rural deve ser compreendido não apenas como fonte de financiamento, mas como um vetor de mudanças estruturais que promovem a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões no contexto agrícola.

A realidade socioeconômica das pequenas propriedades agrícolas apresenta um conjunto complexo de desafios que refletem diretamente nas condições de acesso e uso do crédito rural, elemento fundamental para o desenvolvimento e a sustentabilidade dessas unidades produtivas. Essas propriedades, em sua maioria, caracterizam-se por uma limitada estrutura produtiva, recursos financeiros escassos e uma elevada dependência das atividades agrícolas para a manutenção do sustento familiar. Tal cenário impõe uma vulnerabilidade acentuada às flutuações do mercado e às condições ambientais, o que evidencia a necessidade de um sistema de crédito rural que seja acessível, flexível e adaptado às particularidades desse segmento (Nogueira et al., 2023).

O perfil socioeconômico dos pequenos agricultores frequentemente inclui baixos níveis de escolaridade, o que dificulta o entendimento das condições contratuais e das exigências para obtenção do crédito, criando barreiras informacionais significativas. Essa limitação educacional impacta também na capacidade de planejamento financeiro e na adoção de tecnologias mais avançadas, que poderiam elevar a produtividade e a sustentabilidade das pequenas propriedades. O crédito rural, nesse contexto, precisa ser acompanhado por programas de capacitação e assistência técnica que possibilitem aos agricultores o uso eficiente dos recursos obtidos (Maria et al., 2021).

As pequenas propriedades agrícolas estão sujeitas a uma estrutura produtiva muitas vezes fragmentada e com acesso restrito a infraestrutura básica, como estradas adequadas, armazenamento e comercialização. Essas limitações logísticas aumentam os custos operacionais e reduzem a competitividade dos pequenos produtores, tornando o acesso ao crédito ainda mais importante para superar essas dificuldades. Entretanto, a rigidez dos critérios tradicionais de concessão de crédito, que muitas vezes privilegiam garantias patrimoniais e histórico financeiro, acaba por excluir grande parte desses

agricultores do sistema financeiro formal (Maria et al., 2021).

A necessidade de flexibilização das condições de crédito rural para pequenos produtores torna-se evidente diante dessa realidade, sobretudo no que se refere a prazos, juros e volumes financiados, que devem ser adequados à capacidade produtiva e ao ciclo agrícola dessas unidades. O crédito rural deve ser concebido não apenas como uma ferramenta de investimento, mas também como um instrumento de garantia de renda e estabilização econômica, capaz de amparar os agricultores em períodos de adversidade, como estiagens ou oscilações de preços. Essa função protetora é essencial para promover a permanência dos agricultores no campo e a manutenção das atividades agrícolas familiares (Maria et al., 2021).

Outro aspecto de proeminência é a burocratização dos processos de solicitação e concessão do crédito, que frequentemente desestimula os pequenos agricultores e dificulta o acesso a esses recursos. A simplificação dos trâmites e a oferta de canais de atendimento mais próximos e acessíveis podem contribuir para ampliar a participação dos pequenos produtores no sistema de crédito rural. A institucionalização de políticas públicas que reconheçam as especificidades do segmento familiar é fundamental para garantir que o crédito rural atenda efetivamente às suas necessidades (Viana et al., 2021).

A dimensão social das pequenas propriedades agrícolas também está intrinsicamente relacionada ao uso do crédito rural, uma vez que muitas dessas propriedades sustentam comunidades inteiras e promovem a manutenção de saberes e práticas culturais locais. O acesso ao crédito deve, portanto, considerar a importância da agricultura familiar não apenas como atividade econômica, mas como elemento de coesão social e territorial. Políticas de crédito rural que integrem aspectos sociais, ambientais e econômicos tendem a ser mais eficazes e alinhadas com as demandas reais desses agricultores (Viana et al., 2021).

Observa-se ainda que o acesso ao crédito rural pelas pequenas propriedades enfrenta limitações em termos de garantias exigidas pelas instituições financeiras, pois muitos agricultores não possuem bens formais para oferecer como garantia. Isso reforça a necessidade de modelos alternativos de garantia, como fundos de aval ou cooperativas de crédito, que possam facilitar a inclusão financeira desse segmento. Sem esses mecanismos, o crédito rural permanece inacessível para grande parte dos pequenos produtores, perpetuando um ciclo de exclusão e precariedade (Maria et al., 2021).

Outro ponto relevante está na necessidade de articular o crédito rural com outras políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, incluindo a assistência técnica, a extensão rural e programas de comercialização. O isolamento do crédito como instrumento isolado pode reduzir sua eficácia, enquanto a integração entre políticas potencializa os resultados, proporcionando um ambiente mais favorável para o

crescimento e a sustentabilidade das pequenas propriedades agrícolas. Essa abordagem integrada é essencial para superar as múltiplas vulnerabilidades enfrentadas por esses agricultores (Viana et al., 2021).

A realidade econômica das pequenas propriedades agrícolas também revela uma forte dependência do crédito informal, que embora mais acessível, apresenta condições onerosas e riscos elevados para os agricultores. Essa dependência reflete a insuficiência do crédito rural formal e a necessidade de ampliar e democratizar o acesso a recursos financeiros em condições adequadas. A superação dessa realidade passa pela construção de sistemas de crédito rural inclusivos, que considerem as limitações e potencialidades dos pequenos produtores, buscando promover um desenvolvimento mais justo e equilibrado (Viana et al., 2021).

Portanto, a compreensão crítica da realidade socioeconômica das pequenas propriedades agrícolas evidencia que o acesso e o uso do crédito rural demandam um olhar atento às especificidades desse segmento, incluindo suas limitações estruturais, educacionais e institucionais. O aprimoramento do crédito rural como instrumento de apoio às pequenas propriedades deve considerar a flexibilização, a capacitação e a integração com outras políticas públicas, assegurando que os recursos financeiros atendam efetivamente às necessidades e promovam o fortalecimento das bases econômicas e sociais do meio rural. Essa perspectiva é fundamental para construir um sistema de crédito rural que contribua de forma significativa para a sustentabilidade e a permanência dos pequenos agricultores no campo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Dimensões Gerais da Metodologia

A metodologia adotada neste trabalho fundamenta-se em uma revisão sistemática da literatura, cujo objetivo é reunir, organizar e analisar criticamente o conhecimento já produzido sobre o papel do crédito rural no desenvolvimento sustentável de pequenas propriedades agrícolas. A revisão de literatura, de acordo com Sampaio et al. (2007), consiste em uma forma de investigação que utiliza informações disponíveis em diversas fontes científicas sobre temas previamente definidos, permitindo identificar evidências, tendências e lacunas relacionadas ao objeto de estudo. Essa abordagem possibilita compreender, de maneira fundamentada, as interações entre financiamento agrícola, sustentabilidade e agricultura familiar.

Segundo Cervo e Bervian (2004), a revisão bibliográfica constitui etapa essencial de qualquer pesquisa acadêmica, pois oferece embasamento teórico, justifica limites e

contribuições e orienta a construção de análises mais consistentes. Assim, este estudo utiliza a revisão sistemática como estratégia metodológica para selecionar, comparar e interpretar pesquisas sobre crédito rural, suas modalidades, barreiras de acesso e impactos sobre a viabilidade econômica, social e ambiental das pequenas propriedades. O processo segue critérios previamente definidos de busca, leitura e classificação dos materiais, assegurando rigor, transparência e confiabilidade.

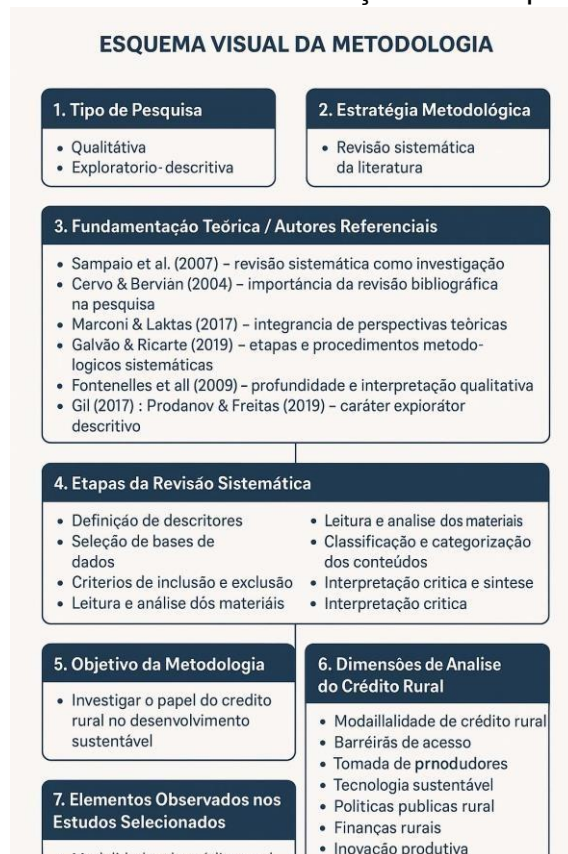
Como destacado por Marconi e Lakatos (2017), a revisão bibliográfica permite integrar diferentes perspectivas teóricas, proporcionando uma visão crítica e articulada sobre determinado tema. No presente trabalho, essa integração envolve estudos sobre políticas públicas rurais, sustentabilidade organizacional, agricultura familiar, inovação produtiva e finanças rurais. A revisão sistemática foi estruturada de acordo com orientações metodológicas apresentadas por Galvão e Ricarte (2019), que compreendem etapas como definição de descritores, seleção das bases de dados, critérios de inclusão e exclusão e categorização dos conteúdos encontrados.

A pesquisa assume uma abordagem qualitativa, pois busca interpretar conceitos, políticas, práticas e resultados relacionados ao uso do crédito rural no contexto das pequenas propriedades. Esse enfoque permite analisar o fenômeno de forma contextualizada, destacando aspectos como organização produtiva, tomada de decisão, adoção de tecnologias sustentáveis e efeitos socioeconômicos do financiamento agrícola. De acordo com Fontenelles et al. (2009), a pesquisa qualitativa valoriza a profundidade da análise e a relevância dos conteúdos, permitindo compreender fenômenos complexos que não podem ser explicados apenas por dados numéricos.

Quanto à classificação, trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva. Ela é exploratória por buscar ampliar a compreensão sobre como o crédito rural contribui para a sustentabilidade no campo, aproximando o leitor de um tema cuja discussão ainda apresenta lacunas e desafios. É também descritiva, uma vez que registra, organiza e analisa informações já existentes, caracterizando o fenômeno sem intervenção direta do pesquisador, conforme preconizado por Gil (2017) e Prodanov e Freitas (2013). Essa combinação metodológica possibilita uma análise abrangente tanto dos avanços quanto das limitações do crédito rural como instrumento estratégico de desenvolvimento sustentável.

A figura a seguir apresenta uma síntese da classificação metodológica da presente pesquisa:

Figura 02. Síntese da Classificação da Pesquisa.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Dessa forma, a metodologia adotada fornece uma base sólida e sistemática para investigar de que maneira o crédito rural tem sido abordado na literatura científica e quais são seus impactos reais e potenciais sobre a sustentabilidade econômica, social e ambiental das pequenas propriedades agrícolas no Brasil.

3.2. Dos Procedimentos da Coleta de Dados

As fontes utilizadas para a construção deste estudo consistiram em artigos científicos, dissertações, monografias, teses e publicações especializadas, obtidos principalmente por meio do Google Acadêmico, no período de setembro a novembro de 2025. A escolha dessa base de busca justifica-se pela abrangência de seu acervo e pela necessidade de localizar estudos atualizados sobre crédito rural, agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, pequenas propriedades agrícolas e políticas públicas rurais, priorizando publicações dos últimos quatro anos. Essa delimitação temporal e temática permitiu garantir maior aderência aos objetivos da pesquisa e à realidade atual do financiamento agrícola no Brasil.

Para assegurar que o material levantado fosse pertinente ao tema proposto, foram utilizados termos de busca relacionados às palavras-chave definidas para o estudo, tais

como: "Crédito rural", "Financiamento Agrícola"; "Agricultura Familiar", "Pequenas Propriedades Agrícolas"; "Desenvolvimento Sustentável", "Sustentabilidade Rural"; "Políticas Públicas Rurais".

A combinação desses descritores permitiu identificar produções científicas focadas na relação entre financiamento, sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico em pequenas unidades produtivas rurais. Após a aplicação dos critérios de seleção, foram identificados com maior aderência ao problema de pesquisa. Esses trabalhos foram analisados criticamente e organizados em categorias temáticas conforme sua contribuição para o entendimento do crédito rural e suas interfaces com a sustentabilidade nas pequenas propriedades agrícolas.

Os critérios de análise incluíram: autores e ano de publicação; abordagem do crédito rural (instrumento financeiro, política pública, inclusão financeira); impactos socioeconômicos e ambientais do financiamento rural; relação entre crédito, agricultura familiar e sustentabilidade; desafios e barreiras de acesso enfrentados pelos pequenos produtores.

Quadro 02. Critérios de Inclusão e Exclusão dos Estudos Revisados:

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
Estudos sobre crédito rural, agricultura familiar ou sustentabilidade rural.	Trabalhos voltados a grandes propriedades ou agronegócio de larga escala.
Pesquisas publicadas entre 2022 e 2024 disponíveis no Google Acadêmico.	Artigos que não abordem aspectos econômicos, sociais ou ambientais da agricultura.
Trabalhos escritos em português, mesmo que publicados em periódicos internacionais.	Estudos exclusivamente conceituais sem relação com financiamento ou políticas públicas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A análise dos trabalhos selecionados também incluiu a identificação de redes de produção científica, evidenciando como diferentes autores têm contribuído para o debate sobre crédito rural, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. Essa etapa foi fundamental para estruturar uma base teórica sólida e coerente, capaz de responder ao problema central da pesquisa: de que maneira o crédito rural influencia o desenvolvimento sustentável das pequenas propriedades agrícolas no Brasil?

O Quadro 03, apresentado na sequência, sintetiza os estudos utilizados, destacando título, autores, ano de publicação e tipo de trabalho (artigo, dissertação, tese ou monografia), permitindo visualizar a composição da amostra e a diversidade metodológica dos materiais analisados.

Quadro 03. Síntese da Obras Utilizadas na Análise Bibliográfica:

Título da Obra	Autor(es)	Ano	Tipo de Publicação
O papel das políticas públicas de crédito rural no desenvolvimento sustentável do campo: uma revisão de literatura	Cunha e Fornazier	2025	Artigo de Revista Científica
Agricultura familiar: desenvolvimento sustentável e os desafios enfrentados na atualidade	Feitosa e Ferreira	2024	Artigo
Políticas públicas rurais e agricultura familiar: impactos socioambientais nos assentamentos rurais de Jericó-PB	Oliveira et al.	2025	Artigo
Do crédito à sustentabilidade: impactos do PRONAF no desenvolvimento regional e combate à pobreza rural no Brasil	Tenchini, Silva e Cohen	2024	Artigo de Revista Científica
Políticas públicas e ações de financiamento sustentável no Agronegócio brasileiro	Cunha	2025	Artigo
Desenvolvimento Rural Sustentável para a Agricultura Familiar: Um enfoque econômico, social e ambiental	Vieira	2025	Livro
Crédito rural no brasil: uma análise histórica e econômica	Oliveira	2024	Artigo
Agricultura familiar e políticas públicas: revisão integrativa	Carmo et al.	2024	Artigo de Revista Científica
Educação no campo e financiamento do agronegócio: desafios e impactos do crédito rural na gestão e produção rural	Vitorino, Ervate e Gomes	2025	Artigo de Revista Científica
Agronegócio Sustentável: A Experiência Brasileira na Concessão de Crédito Rural	Alves	2024	Dissertação de Mestrado
Agricultura familiar e políticas públicas: revisão integrativa	Silva et al.	2024	Artigo/Trabalho
Ensaio sobre o crédito rural na agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre o Pronaf	Oliveira	2025	Artigo/Trabalho

Título da Obra	Autor(es)	Ano	Tipo de Publicação
Fatores de restrição ao crédito rural destinado à agricultura familiar na perspectiva das instituições financeiras estabelecidas no município de Espigão do Oeste, Rondônia	Souza	2024	Artigo de Revista Científica
Cooperativismo e crédito rural da agricultura familiar como fomento ao desenvolvimento sustentável: estudo em uma cooperativa de interação solidária	Büttenbender, Berkmann e Sparemberger,	2022	Artigo de Revista Científica

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Ao analisar o quadro acima, percebe-se que a seleção das obras não ocorreu de forma aleatória; pelo contrário, cada artigo, livro e trabalho foi escolhido justamente por dialogar de maneira direta com o tema central deste estudo: a importância do crédito rural para promover o desenvolvimento sustentável em pequenas propriedades agrícolas. A intenção foi reunir materiais que, além de apresentarem fundamentação teórica sólida, trouxessem olhares múltiplos sobre a realidade da agricultura familiar, desde aspectos históricos e econômicos até dimensões sociais, ambientais e de políticas públicas.

Essas produções permitem compreender, de forma mais sensível e aprofundada, como o crédito rural pode transformar o cotidiano dos pequenos produtores, oferecendo condições para melhorar a produção, fortalecer a renda e adotar práticas mais sustentáveis. Assim, o conjunto das obras analisadas contribui significativamente para sustentar a discussão proposta no TCC, reforçando a relevância do tema e enriquecendo a compreensão sobre seus impactos no desenvolvimento das pequenas propriedades rurais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Contexto, Escopo e Metodologia de Análise

O presente relatório técnico-científico tem como finalidade primordial fornecer um diagnóstico estrutural e temático de um corpus documental (CD) de 14 obras acadêmicas. Estas obras foram selecionadas para uma revisão sistemática focada na intersecção crucial entre o crédito rural, as políticas públicas de fomento e a promoção do desenvolvimento sustentável no contexto da agricultura familiar brasileira. A

metodologia empregada baseia-se na análise bibliométrica e de conteúdo, utilizando dados de afiliação autoral, localização geográfica dos estudos e saturação de conceitos-chave.

A análise da distribuição temporal do corpus documental revela uma concentração acentuada de publicações, com 13 das 14 obras datadas entre 2024 e 2025 (aproximadamente 93% do total). Apenas um trabalho, focado no cooperativismo no Rio Grande do Sul, remonta a 2022. Essa intensa produção em um período tão restrito não é casual, mas sim indicativa de uma resposta imediata da comunidade acadêmica a um cenário de profunda redefinição das políticas agrícolas e de recuperação pós-crisis socioeconômicas e ambientais.

O padrão observado sugere que a academia está se mobilizando para consolidar rapidamente o conhecimento existente e quantificar os impactos de políticas estruturantes, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sob novas conjunturas. A busca por abordagens de síntese, como as revisões integrativas e narrativas de literatura, demonstra um esforço concentrado para processar os desafios contemporâneos, como a inclusão do tema "Aquecimento global" no debate sobre financiamento sustentável. A revisão sistemática proposta se beneficiará significativamente desses achados, que refletem as preocupações e as demandas de evidência mais atuais.

O *corpus* é majoritariamente composto por artigos de revistas científicas, totalizando 9 das 14 obras (64,3%). A presença de 4 dissertações, monografias ou Trabalhos de Conclusão de Curso (28,6%) e 1 obra editorial (7,1%) confere robustez e diversidade metodológica ao material.

A coexistência de artigos de periódicos e trabalhos de pós-graduação (como a Dissertação de Mestrado da Universidade de Brasília e Monografias da Universidade Estadual do Piauí), ilustra que o tema é ativamente desenvolvido em diferentes níveis de formação acadêmica no Brasil. Além disso, a presença de estudos que utilizam o recurso da Revisão Integrativa e da Revisão Narrativa aponta para uma maturidade da literatura onde, além da produção de dados primários, há uma forte ênfase na consolidação e avaliação da vasta evidência sobre a Agricultura Familiar e o crédito rural.

4.2. Mapeamento Institucional da Produção Científica (Atores)

A identificação das afiliações institucionais dos autores permite visualizar os centros de produção de conhecimento e os padrões de colaboração que sustentam a pesquisa em políticas públicas rurais. O tema é notoriamente priorizado em programas de Pós-Graduação em áreas como Agronegócios, Economia Aplicada,

Desenvolvimento Regional e Gestão.

A produção científica está concentrada em Universidades Federais (como Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal do Ceará (UFC), e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e em Instituições de Ensino Superior, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

Tabela 01. Distribuição das Afiliações e Representação da Participação Institucional:

Afiliação Institucional Principal (Inferida)	UF / País	Nº de Obras	Tipo de Instituição
Universidade de Brasília (UnB)	DF	2	Federal
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) / UniMais (Inhumas)	GO	2	Confessional / Privada
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) / Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro (PUC-RJ)	RJ	1	Federal / Confessional
Universidade Federal do Ceará (UFC)	CE	1	Federal
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)	PI	1	Estadual
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) / Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) / Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	PR/MT/MS	1	Federal / Estadual
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)/ Cooperativa Cresol	RS	1	Comunitária / Cooperativa
Outras (Incluindo Foco Regional/Periódico)	Várias	4	Regional / Outra
Internacional (Universidade do Porto)	Portugal	1	Estrangeira

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

A natureza complexa do desenvolvimento rural sustentável exige uma abordagem que equilibre os vetores econômicos, sociais e ambientais , o que se reflete na necessidade de colaboração interdisciplinar. O estudo sobre o PRONAF no Rio de Janeiro , por exemplo, envolve autores com formação em Gestão e Estratégia (UFRRJ) e Administração/Engenharia de Produção (PUC-Rio), integrando a análise econômica rural com o planejamento estratégico e gerencial. Outras obras englobam perspectivas do Direito (PUC Goiás) e do Agronegócio.

Embora o Distrito Federal (UnB) se destaque como um centro de excelência na produção de dissertações que avaliam a política de crédito em nível macro , a literatura demonstra uma forte importância da pesquisa descentralizada. As instituições locais e regionais (UESPI-PI, UFC-CE, UNIJUI-RS) são responsáveis por realizar a pesquisa de impacto em seus contextos regionais, fornecendo um contraponto empírico essencial à formulação de políticas em Brasília, ou mesmo, aos

estudos agregados, como aqueles fornecidos pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) ou pelo próprio Censo Rural, produzido e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A inclusão do artigo da Universidade do Porto se justifica por oferecer uma perspectiva internacional que enriquece o debate sobre crédito rural e desenvolvimento sustentável. Embora situado em outro contexto, o estudo traz conceitos e experiências que dialogam diretamente com os desafios da agricultura familiar brasileira, permitindo comparar abordagens, ampliar a compreensão teórica e identificar práticas que podem inspirar políticas nacionais. Assim, sua contribuição fortalece o enfoque analítico do trabalho e complementa a discussão sobre estratégias de financiamento e sustentabilidade no meio rural.

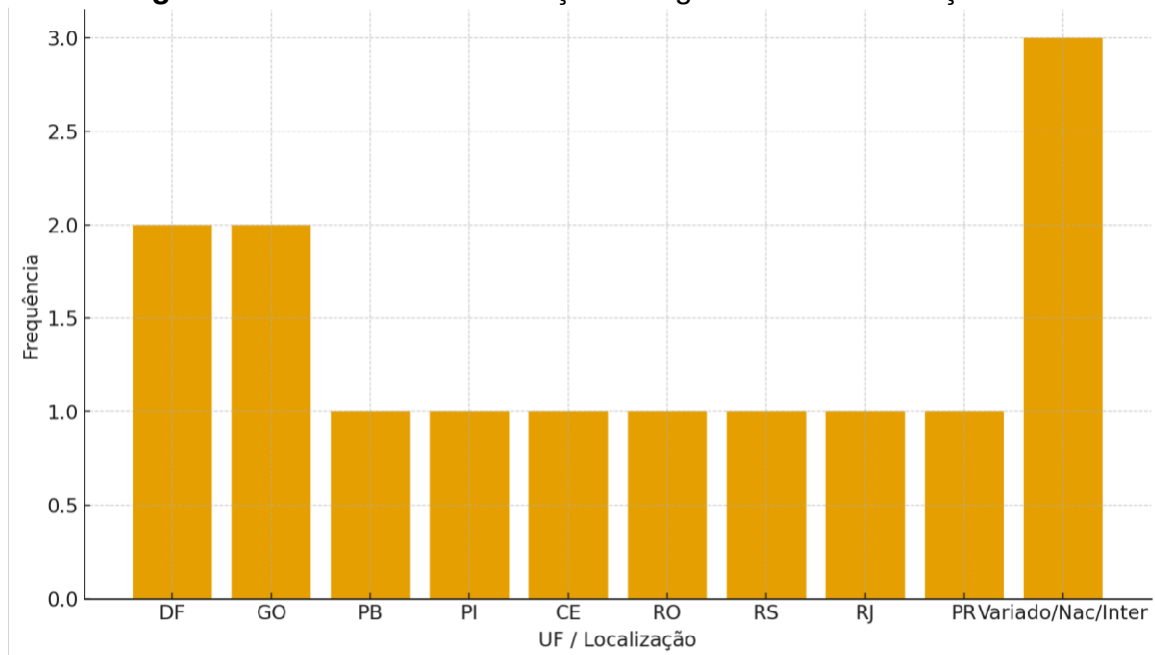
Dentre os trabalhos definidos na categoria de afiliações “outras” estão estudos de caso específicos, como os impactos socioambientais nos assentamentos rurais de Jericó (PB) e a análise dos fatores de restrição ao crédito em Espigão do Oeste (RO). Que promovem uma reflexão especializada sobre contextos regionais da agricultura familiar brasileira e da sustentabilidade nestes cenários. Essa distribuição da pesquisa garante que a avaliação da eficácia das políticas considere a heterogeneidade territorial do Brasil.

4.3. Polarização Geográfica e Heterogeneidade dos Estudos de Caso

O mapeamento geográfico das publicações é fundamental, pois identifica as áreas geográficas onde o crédito rural e as políticas de sustentabilidade estão sendo avaliados na prática, revelando a diversidade de desafios enfrentados pela agricultura familiar brasileira.

A distribuição geográfica do corpus é ampla, abrangendo as regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. O Centro-Oeste (DF/GO) se destaca como polo de origem institucional das publicações, mas os focos de estudo de caso se espalham pelo território nacional.

Figura 03. Gráfico de Distribuição Geográfica das Publicações:



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O corpus documental fornece um contraste rico entre as realidades regionais, o que permite avaliar a eficácia do crédito rural como uma variável dependente da capacidade institucional local.

No Nordeste, os estudos frequentemente abordam a relevância da agricultura familiar para a segurança alimentar e a preservação ambiental, mas confrontam desafios significativos, como o acesso limitado a crédito e a ausência de políticas públicas eficazes em regiões como o Piauí. No Ceará, o foco se volta para a mensuração do impacto positivo do PRONAF sobre a renda (10,9%) e produtividade (15,2%) dos beneficiários, o que sugere que, onde a política consegue penetrar, os resultados são robustos.

Na região Norte, a pesquisa em Rondônia ilumina a perspectiva das instituições financeiras, destacando os fatores de restrição que impedem o acesso dos produtores familiares ao crédito. Este foco demonstra que a política macro de crédito é barrada por gargalos regionais de risco e burocracia.

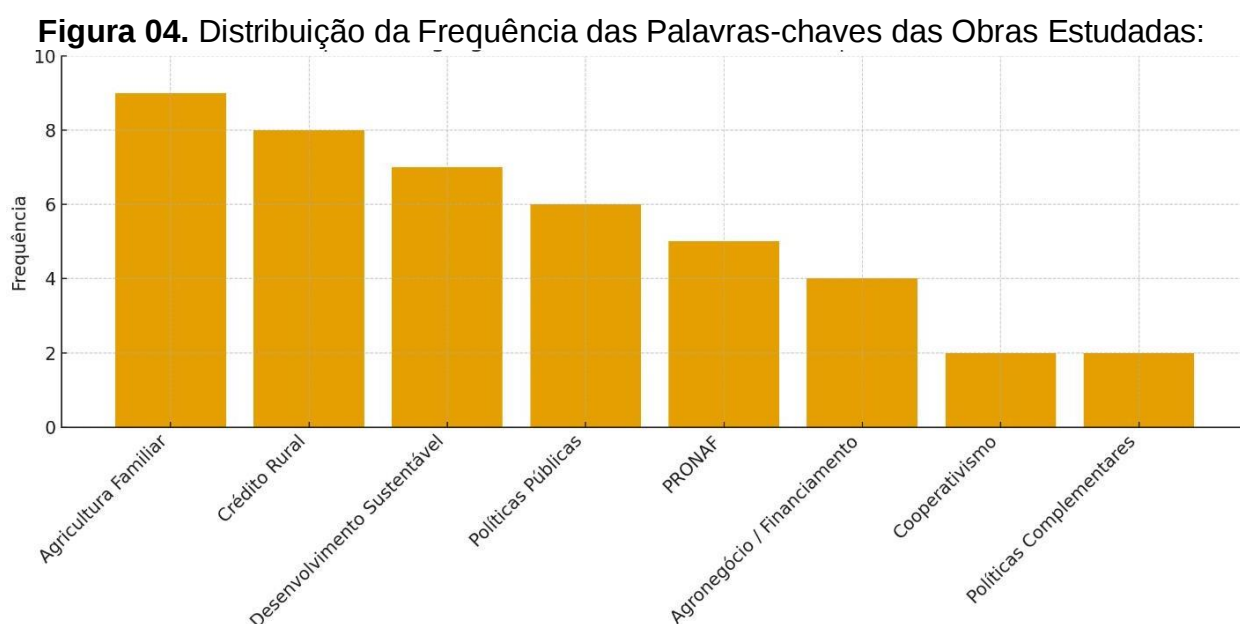
Em contraste, as regiões Sul e Sudeste tendem a focar nos mecanismos que maximizam a eficácia do crédito. O estudo no Rio Grande do Sul enfatiza o papel do Cooperativismo de Crédito de Interação Solidária na operacionalização dos recursos do PRONAF, promovendo o desenvolvimento sustentável. Similarmente, o estudo do Paraná aponta a Educação no Campo como uma ferramenta importante para o desenvolvimento e o uso estratégico do crédito.

O sucesso mensurado das políticas de crédito (maior produtividade e renda) está intrinsecamente ligado à presença de estruturas sociais e institucionais robustas, como cooperativas e assistência técnica de qualidade. Em cenários onde essas

estruturas são frágeis (como sugerido por algumas regiões do Norte e Nordeste), a política de crédito atinge seu limite, resultando em barreiras de acesso. Assim, a política de crédito é o insumo inicial, mas o output em termos de sustentabilidade e desenvolvimento depende da capacidade de absorção regional.

4.4. Análise Temática e Saturação de Conceitos-Chave

A análise das palavras-chave, extraídas e inferidas dos resumos e títulos, permite identificar o núcleo temático e os eixos de discussão que dominam a produção recente. Os termos "Agricultura Familiar," "Crédito Rural," "Sustentabilidade," "Políticas Públicas" e "PRONAF" representam o núcleo temático principal e demonstram alta saturação, confirmando o alinhamento do corpus com o escopo da revisão sistemática.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A literatura se organiza em torno de quatro eixos de discussão primários, que exploram as implicações, os paradoxos e as soluções sistêmicas associadas ao financiamento rural: (1) a efetividade das políticas públicas de crédito rural; (2) os impactos socioeconômicos e ambientais do financiamento; (3) o papel das instituições intermediárias, especialmente as cooperativas; e (4) as barreiras operacionais e gerenciais que limitam o acesso ao crédito.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é a política de crédito mais analisada e é reconhecido como uma estratégia crucial para promover o desenvolvimento rural sustentável. Os resultados apontam que, além de impulsionar a economia rural, o programa tem um papel vital no combate à pobreza e na garantia da segurança alimentar. Evidências quantitativas demonstram que os

beneficiários do PRONAF alcançam, em média, uma produtividade 15,2% superior à de não beneficiários, e um efeito médio positivo de 10,9% sobre a renda. Outras políticas públicas importantes, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são frequentemente analisadas em conjunto com o PRONAF por seu impacto na comercialização e estabilidade da renda familiar.

Apesar dos benefícios econômicos, a literatura levanta uma tensão crucial: a sustentabilidade não é um resultado automático da concessão de crédito. O estudo de Tenchini et al. (2024) adverte que a ampliação do crédito rural sem o suporte de assistência técnica adequada pode desencadear práticas que comprometem as dimensões social e ambiental da sustentabilidade. Isso significa que, se não houver um direcionamento rigoroso e condicionado ao uso de tecnologias de baixo impacto e à gestão ambiental, o crédito pode, paradoxalmente, tornar-se um fator de risco ambiental, ao invés de um mitigador.

A pesquisa de Cunha (2025) reforça essa dimensão, mostrando uma correlação positiva entre o acesso ao crédito e a adoção de práticas sustentáveis, mas enfatizando o papel do financiamento como um impulsionador de tecnologia. O desafio, portanto, é garantir que a política de crédito seja intrinsecamente direcionada a tecnologias verdes e à gestão de riscos ambientais, incluindo o enfrentamento de questões como "Aquecimento global" e "Emissão de gases". Políticas agrícolas eficazes são indispensáveis para orientar o agronegócio rumo a um desenvolvimento rural sustentável e equilibrado.

O papel das cooperativas é consistentemente destacado como vital para o sucesso das políticas de financiamento. As cooperativas de crédito de interação solidária, em particular, demonstram ser eficazes na inclusão financeira de pequenos produtores, oferecendo taxas mais acessíveis e um atendimento personalizado que minimiza a burocracia.

O caso de São Martinho/RS confirma que a alta participação cooperativa é um fator determinante na operacionalização bem-sucedida dos recursos do PRONAF, promovendo a autogestão. O cooperativismo, portanto, atua como uma infraestrutura de intermediação financeira essencial, que resolve o problema do acesso e da divulgação, garantindo que o recurso público chegue de forma mais equitativa ao produtor familiar, conforme demonstrado por Büttgenbender, Berkmann e Sparemberger (2022).

A literatura também aborda as barreiras operacionais ao crédito. O estudo realizado em Espigão do Oeste, Rondônia, é particularmente relevante por trazer a perspectiva dos analistas de crédito das instituições financeiras. Este foco revela que a restrição de crédito é, em grande parte, um resultado da análise de risco percebida,

e não apenas da indisponibilidade de recursos.

Os agricultores familiares frequentemente enfrentam desafios como acesso restrito a informações e assistência técnica, o que compromete sua competitividade e formalização. A ausência de capacitação gerencial e de garantias formais faz com que o produtor familiar seja percebido como um cliente de maior risco. Para minimizar essa restrição, as políticas públicas devem investir na capacitação e organização do produtor, transformando-o em um cliente de menor risco e garantindo a continuidade da cooperação entre entes públicos e privados.

4.5. Síntese Analítica: Convergências e Lacunas da Literatura

O corpus documental apresenta um alto grau de convergência em relação ao papel central do crédito e à necessidade de políticas integradas. Contudo, a análise detalhada revela áreas onde a saturação temática é baixa, indicando lacunas que a revisão sistemática pode preencher.

O crédito rural é indiscutivelmente um elemento essencial para a modernização e o aumento da produtividade agrícola. Entretanto, sua eficácia completa está condicionada à integração com políticas complementares, como assistência técnica e extensão rural, essenciais para a adoção de práticas que conciliem crescimento econômico com preservação ambiental. Essa reflexão é destacada em estudos como os de Tenchini, Silva e Cohen (2024), que alertam para os riscos de expansão do crédito sem suporte técnico, e Cunha (2025), que enfatiza a necessidade de políticas estruturantes para que o financiamento rural impulse efetivamente práticas sustentáveis. Multidimensionalidade Obrigatória: O desenvolvimento rural sustentável exige que os impactos sejam avaliados nas dimensões econômica, social e ambiental. Os estudos atuais estão focados em avaliar os impactos socioambientais, reconhecendo que o sucesso da política vai além da geração de renda.

A Absorção Regional Define o Sucesso: A heterogeneidade regional brasileira significa que os desafios do crédito rural variam consideravelmente. A capacidade de uma região em absorver e operacionalizar o crédito (por meio de cooperativas, por exemplo) está diretamente ligada ao nível de sucesso na promoção do desenvolvimento sustentável.

Apesar da riqueza dos dados, identificam-se três lacunas críticas que merecem aprofundamento na revisão sistemática. Embora a Dissertação de Cunha (2025) inclua termos como "Aquecimento Global" e "Emissão de Gases" no debate sobre financiamento sustentável, o tema não está saturado na maioria das obras. A literatura atual foca em "sustentabilidade" em sentido amplo, mas carece de rigor na

quantificação do uso específico do crédito rural para mitigação e adaptação climática. Existe uma necessidade evidente de buscar evidências específicas de como linhas de crédito direcionadas (como o PRONAF Agroecologia, quando aplicável) estão influenciando métricas de carbono, resiliência hídrica e adoção de tecnologias de baixo carbono.

O estudo de Rondônia aborda as restrições sob a ótica da análise de risco, mas a maioria dos trabalhos foca no impacto do crédito na renda do produtor. Há uma escassez de análise profunda sobre a performance de risco, solvência e inadimplência das linhas de crédito sustentáveis. A sustentabilidade deve ser avaliada não apenas no campo, mas também na estabilidade financeira do próprio Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), considerando a diversificação e a securitização de riscos em financiamentos de longo prazo. A integração público-privada no financiamento necessita de avaliação da partilha de riscos.

A educação no campo é mencionada como uma ferramenta estratégica e meio para uso estratégico do crédito, mas não é um dos termos mais frequentes. O vínculo causal entre o investimento em educação (gerencial, financeira e técnica) e a melhora da eficácia na aplicação e retorno do crédito ainda não é um tema saturado. A capacidade de o agricultor planejar, gerenciar o risco e formalizar garantias está diretamente ligada ao seu nível de capacitação. A literatura precisa mapear e consolidar os modelos de extensão rural e educação que comprovadamente elevam o índice de sucesso na utilização dos financiamentos, especialmente para projetos complexos de investimento em sustentabilidade.

4.6. Diretrizes para a Revisão Sistemática

O corpus documental analisado é altamente relevante e contemporâneo, fornecendo uma base robusta para a revisão sistemática sobre crédito rural e desenvolvimento sustentável na agricultura familiar brasileira. A análise demonstrou que o PRONAF é um motor econômico com impacto positivo comprovado, mas sua capacidade de gerar desenvolvimento sustentável é severamente modulada pela qualidade da infraestrutura de suporte e pelas condições regionais.

A revisão deve sintetizar as melhores práticas de governança do crédito, confrontando os achados de alta produtividade (como no Ceará e no Rio Grande do Sul) com as barreiras estruturais e as restrições de acesso (como em Rondônia e Piauí). É imperativo que o foco se desloque da mera concessão de crédito para a integração de políticas que garantam a assistência técnica e a capacitação gerencial, mitigando o risco de que o aumento do financiamento se traduza em práticas ambientalmente insustentáveis. A continuidade da sustentabilidade do setor

agropecuário exige a adaptação constante das políticas de crédito, garantindo que o financiamento não apenas promova o crescimento econômico, mas também a resiliência socioambiental no campo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, de natureza bibliométrica e temática, buscou analisar a produção científica recente, datada entre 2022 e 2025, sobre a intersecção entre as políticas públicas de crédito rural e o fomento ao desenvolvimento sustentável no contexto da agricultura familiar brasileira. Ao longo da análise, foi possível consolidar uma visão estrutural e temática da literatura, concluindo que o crédito rural, especialmente por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), configura-se como um elemento essencial e motor econômico para o setor agropecuário nacional.

Com base na síntese dos resultados, constatou-se que as políticas de financiamento rural têm transformado a agricultura familiar em diferentes aspectos. Verificou-se que a concessão de crédito apresenta um efeito positivo e quantificável, elevando a produtividade média em 15,2% e a renda dos beneficiários em 10,9% em comparação aos não beneficiários. Dessa forma, o objetivo central de avaliar o papel do crédito como indutor de desenvolvimento foi atingido de maneira satisfatória.

Entretanto, a pesquisa evidenciou que o alcance do desenvolvimento rural sustentável (DRS) não ocorre automaticamente com a mera concessão de crédito, mas depende da qualidade das políticas de suporte. O crédito rural somente se consolida como impulsionador da sustentabilidade quando articulado a elementos complementares, como a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a Educação no Campo, fundamentais para a adoção de tecnologias e práticas ambientalmente responsáveis. Além disso, o Cooperativismo de Crédito destacou-se como infraestrutura de intermediação financeira vital para a operacionalização eficaz do PRONAF e para a inclusão do pequeno produtor, evidenciando seu papel no acesso equitativo aos recursos financeiros.

O estudo também trouxe à tona o paradoxo da sustentabilidade, alertando que a expansão do crédito sem suporte técnico adequado pode, paradoxalmente, gerar práticas que comprometam as dimensões socioambientais do DRS. Foram mapeados ainda fatores de restrição ao crédito sob a ótica das instituições financeiras, como percepção de risco, burocracia e falta de capacitação gerencial ou garantias formais por parte dos agricultores, evidenciando barreiras regionais, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste.

Durante a realização desta pesquisa, identificaram-se algumas limitações. A saturação temática sobre sustentabilidade, muitas vezes abordada de forma ampla, restringiu a identificação de evidências quantitativas sobre o uso do financiamento em métricas de mitigação climática (como carbono, aquecimento global e emissão de gases). Outra limitação decorre da escassez de análises aprofundadas sobre performance de risco, solvência e inadimplência das linhas de crédito sustentáveis, faltando uma visão sistêmica sobre a estabilidade financeira do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Diante desses achados, recomenda-se que pesquisas futuras investiguem mais detalhadamente o nexo causal entre capacitação e eficácia do crédito, buscando compreender como a educação gerencial, financeira e técnica pode influenciar diretamente a aplicação e os resultados do financiamento rural. É importante também que se realizem análises sobre o risco sistêmico e a integração público-privada, de modo a avaliar a performance financeira das linhas de crédito sustentáveis e fornecer subsídios para a otimização da partilha de riscos entre entes públicos e privados. Por fim, sugere-se quantificar de forma rigorosa o impacto climático do financiamento, avaliando como linhas de crédito direcionadas a projetos de adaptação e mitigação das mudanças climáticas contribuem efetivamente para a adoção de práticas sustentáveis no campo, garantindo que os recursos do PRONAF e de outras políticas de crédito promovam a sustentabilidade ambiental, social e econômica da agricultura familiar.

Em síntese, o estudo confirma que o crédito rural é uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento da agricultura familiar, mas seu papel na promoção de sustentabilidade depende de políticas integradas, suporte técnico adequado e mecanismos financeiros estruturados, abrindo caminhos para futuras pesquisas e aprimoramentos na formulação de políticas públicas.

5. REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Josiane Marlise Theis; PEREIRA, Máriam Trierveiler. Sustentabilidade e agricultura orgânica: Uma revisão narrativa. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias** (ISSN: 2525-4790), v. 8, n. 01, 2023.

ALBANI, Ionara Cristina; COUSIN, Cláudia; DICKMANN, Ivo. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, v. 27, n. 1, p. 1-27, 2022.

ALVES, Arone de Paula Lira. **Agronegócio Sustentável: A Experiência Brasileira na Concessão de Crédito Rural**. 2024. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrônoma) - Universidade do Porto, Porto (Portugal), 2024.

ASSUNÇÃO, J.; SOUZA, P. Os impactos do Crédito Rural na produção agropecuária e no uso da terra: uma análise por linhas de crédito, tipo de produtor e finalidade do crédito. Rio de Janeiro: **Climate Policy Initiative** (CPI), 2020.

BENTO, J. A. do N.; VIEIRA FILHO, J. E. R. O Impacto do crédito rural sustentável na emissão de gases do efeito estufa: evidências para sustentabilidade agropecuária brasileira. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, [S.l.], n. 24, 2021.

BORGES, Igo Marinho Serafim et al. Agricultura familiar: análise de sustentabilidade através de indicadores sociais econômicos e ambientais. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 4, p. e54942832-e54942832, 2020.

BORGES, Murilo José; PARRÉ, José Luiz. O impacto do crédito rural no produto agropecuário brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 2, p. e230521, 2021.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRASIL. Crédito rural no Brasil: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 157-194, jun. 2016.

BÚRIGO, Fábio Luiz et al. O Sistema Nacional de Crédito Rural no Brasil: principais continuidades e discontinuidades no período 2003-2014. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2021.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís; BERKMANN, Bruno Alexandre; SPAREMBERGER, Ariosto. Cooperativismo e crédito rural da agricultura familiar como fomento ao desenvolvimento sustentável: estudo em uma cooperativa de interação solidária. **Informe Gepec**, v. 26, n. 1, 2022.

BÜTTENBENDER, P. L. et al. Cooperativismo e Crédito Rural da Agricultura Familiar como Fomento ao Desenvolvimento Sustentável: um estudo de uma cooperativa de interação solidária. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 58-59, 2020.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Mauad Ed., 2009.

CNA. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Prioridades e principais dificuldades no acesso ao crédito e seguro rural Plano Agrícola e Pecuário 2021/2022**. Brasília, DF: CNA/SENAR, 2021.

CPI. *Climate Policy Initiative*. **Apenas 15% dos agricultores familiares no Brasil têm acesso a crédito rural**. Rio de Janeiro: CPI, 2023.

CUNHA, A. P. **Políticas públicas e ações de financiamento sustentável no Agronegócio brasileiro**. 2025.

CUNHA, A. P.; FORNAZIER, A. O papel das políticas públicas de crédito rural no desenvolvimento sustentável do campo: uma revisão de literatura. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 4, p. e14210-e14210, 2025.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro à economia rural: a política de crédito rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

EUSÉBIO, G. S.; MAIA, A. G.; SILVEIRA, R. L. F. da. Crédito rural e impacto sobre o valor da produção agropecuária: uma análise para agricultores não familiares. **Revista de Gestão**, v. 21, n. 2, 2014.

FEITOSA, M. de S.; FERREIRA, O. M. **Agricultura familiar: desenvolvimento sustentável e os desafios enfrentados na atualidade**. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. Editora Atlas SA, 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Crédito Rural e Desempenho Produtivo na Agropecuária Brasileira**. Brasília: Repositório IPEA, 2024.

LEITE, S. P. Política de Crédito Rural: Evolução e Perspectivas. **Revista de Política Agrícola**, v. 21, n. 4, p. 104-118, 2012.

MARIA, A. C. et al. Crédito rural e o desempenho da agricultura no Brasil. **Revista Brasileira de Engenharia de Biosistemas**, v. 15, n. 1, p. 168-189, 2021.

MENDONÇA, L. B. et al. Crédito rural e agricultura familiar: sua importância para o desenvolvimento do setor agrícola. **Brazilian Journal of Business**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2020.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. **A agricultura familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente**. Embrapa Estudos e Capacitação, Brasília, 2014.

NEVES, L. L. et al. Impactos do Crédito Rural e da Assistência Técnica no Desempenho Produtivo da Agricultura Familiar Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 1, p. 55-70, jan./mar. 2018.

NOGUEIRA, A. C. M. et al. Impacto do crédito rural no desenvolvimento da agricultura brasileira. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 16, n. 3, p. 1-16, 2023.

OLIVEIRA, A. R. P. de et al. **Políticas públicas rurais e agricultura familiar: impactos socioambientais nos assentamentos rurais de Jericó-PB**. 2025.

OLIVEIRA, K. S. de. **Ensaio sobre o crédito rural na agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre o Pronaf**. 2025.

OLIVEIRA, R. S. M. de. **Crédito rural no Brasil: uma análise histórica e econômica**. 2024.

OLIVEIRA DO CARMO, L. et al. Agricultura familiar e políticas públicas: Revisão Integrativa. **Revista Científica da UniMais**, v. 22, n. 2, p. 1-24, 2024.

OLIVEIRA, A. M.; FERREIRA, F. C. A. A evolução do sistema nacional de crédito rural no Brasil. **Revista Brasileira de Política Pública**, v. 7, n. 2, 2017.

BALIEIRO, N., de OLIVEIRA, M. A. C., SOUZA, S. A., FERREIRA, S. B. Desafios encontrados pela agricultura familiar na aquisição de financiamentos. Cacoal, RO. **Revista Eletrônica de Administração e Segurança do Trabalho**. 2024.

ROCHA, G. A. P.; OZAKI, V. A. Crédito rural: histórico e panorama atual. **Revista de Política agrícola**, v. 29, n. 4, p. 6, 2020.

SILVA, I. J. dos S. et al. Agricultura familiar e políticas públicas: **Revisão Integrativa**. 2024.

SILVA, L. F. et al. Sustentabilidade, agricultura familiar e políticas públicas no Brasil: Uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p. e42310414220-e42310414220, 2021.

SILVA, R. M. A. da; NUNES, E. M. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, p. e252661, 2022.

SOUZA, V. L. et al. Fatores de restrição ao crédito rural destinado à agricultura familiar na perspectiva das instituições financeiras estabelecidas no município de Espigão do Oeste, Rondônia. **LUMEN ET VIRTUS**, v. 15, n. 39, p. 3817-3846, 2024.

TENCHINI, F. P.; DA SILVA, J. F.; COHEN, M. Do crédito à sustentabilidade: impactos do PRONAF no desenvolvimento regional e combate à pobreza rural no Brasil. **Cadernos Cajuína**, v. 9, n. 6, p. e249652-e249652, 2024.

TAPELLA, E.; FRIGERIO, P. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil, na América Latina e no Caribe. In: VILAS BOAS, R. C. M. (Org.). **Crédito Rural e Agricultura Familiar**. Brasília: IPEA, 2011.

VERAS, A. A. P. C. S.; SOUZA, C. E. S. de. Crédito Rural: Sustentabilidade E O Paradoxo Do Desenvolvimento Econômico Social Do Campo. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 98–111, 2016.

VIANA, J. G. A. et al. Evolução do crédito rural no Rio Grande do Sul: análise por atividade e finalidade dos recursos de 2006 a 2018. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 14, n. 2, p. 291-303, 2021.

VIEIRA, A. N. **Desenvolvimento Rural Sustentável para a Agricultura Familiar**: Um enfoque econômico, social e ambiental. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025.

VITORINO, L. V.; ERVATI, R. B.; DA VITÓRIA GOMES, R. Educação no campo e financiamento do agronegócio: desafios e impactos do crédito rural na gestão e produção rural. **Revista Foco**, v. 18, n. 5, p. e8544-e8544, 2025.